

ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO.

Ao 01 (primeiro) dia do mês de dezembro de 2010, às 14h30, na Sala de Reunião situada na sede da Procuradoria-Geral do Estado, foi aberta a Octogésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado, com a presença do Procurador-Geral do Estado, Márcio Leite de Rezende; da Subprocuradora-Geral do Estado, Conceição Maria Gomes Ehl Barbosa; do Corregedor-Geral do Estado em exercício, Ronaldo Ferreira Chagas e dos Conselheiros Leo Peres Kraft e Pedro Durão.

1- Aberta a reunião, o Procurador-Geral do Estado, procedeu à leitura da pauta, da qual constam os seguintes itens:

- 1. Apreciação da minuta do Regimento interno do Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado.
- 2. Apreciação da minuta de portaria regulamentadora do cabimento de ação regresaiva.
- 3. Apreciação da minuta de portaria regulamentadora de procedimentos da COPROT

7

wm of



4. Apreciação do Processo de nº 015.000.11143/2009-6

Assunto: Transferência para a reserva remunerada

Interessado: Ubiratan Batista Santos

Relator: Leo Peres Kraft

O que ocorrer.

2- O Presidente do Conselho deu início à reunião invertendo a pauta para a apreciação do processo administrativo nº 015.000.11143/2009-6, item 4 da pauta, que trata da Transferência para a Reserva Remunerada do policialmilitar Ubiratan Batista Santos. O Corregedor-Geral do Estado em exercício, Ronaldo Ferreira Chagas, por ter sido autor do despacho objeto do pedido de reconsideração, não participou da votação.

O Conselheiro Leo Kraft, relator, apresentou voto, em suma, entendendo que o direito ao cálculo de proventos com base na graduação ou posto imediatamente superior ao ocupado pelo militar depende da integralização de mais de 30 anos de serviço público, não sendo possível, para esse específico fim, o tempo averbado prestado à iniciativa privada. Dessa forma, como o interessado não comprovou prestação de mais de 30 anos de serviço público, decidiu pelo indeferimento do pedido de reconsideração.

Em regime de votação, por unanimidade (Cons. Leo Kraft, Cons. Conceição Barbosa e Cons. Pedro Durão), foi INDERFERIDO o pedido de reconsideração, mantendo-se integralmente o despacho atacado.

of way



3- Retornando ao início da pauta, iniciou-se a apreciação da minuta do Regimento interno do Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado.

Após discussão, restou suspensa a apreciação da minuta, com o encaminhamento da retomada da sua análise na próxima reunião.

4- Ato contínuo, iniciou-se a apreciação da minuta de portaria regulamentadora do cabimento de ação regressiva.

Após discussão, foi suspenso o julgamento, ficando consignado que será incluída em pauta na próxima reunião deste Conselho.

5- Logo após, em virtude do adiantado da hora, o Presidente do Conselho encerrou a sessão, ficando a minuta de portaria regulamentadora de procedimentos da COPROT para ser apreciada em momento posterior.

6- Em seguida, todas as deliberações do Conselho tomadas nesta sessão foram submetidas à apreciação do Procurador-Geral do Estado, que as aprovou, nos termos do Artigo 7°, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual 27/1996.

Assim, vencida a pauta e não havendo mais o que discutir, foi encerrada a presente ata, que, lida, restou aprovada na mesma sessão.

MÁRCIO LEITE DE REZENDE

Procurador-Geral do Estado Presidente do Conselho Superior



CONCEIÇÃO MARIA GOMES EHL BARBOSA

Subprocuradora-Geral do Estado

RONALDO FERREIRA CHAGAS

Corregedor-Geral da Advocacia-Geral do Estado e Secretário do Conselho Superior

Em exercício

PEDRO DURÃO

Membro

LEO PERES KRAFT

Membro